

DEMOCRACIA: UM EXERCÍCIO DE PACIÊNCIA

TATIANE PEREIRA TSUTSUME DE MEDEIROS

Especialista em Direito de Família e Sucessões
Docente do Curso de Graduação em Direito da UNILAGO

LEONARDO FERRES VILELA

Discente do 8º período do Curso de Graduação em Direito da
UNILAGO

Resumo: É fato que a democracia é uma das grandes conquistas da República Federativa do Brasil, cujo entendimento orienta os movimentos político, jurídico e social. Somente através da democracia a sociedade poderá caminhar rumo ao triunfo coletivo. Ela permite que os governantes não sejam permanentes e que, enquanto revestidos de poder, atuem da forma correta, sob pena de responderem pelas consequências. O presente estudo tem a finalidade de analisar brevemente a eficácia social deste instituto, especialmente diante da realidade política enfrentada no país.

Palavras-chave: Democracia. Participação política. Direitos assegurados.

A democracia é um dos melhores produtos da nossa evolução como seres humanos. Foi por volta do século V a.C., na Grécia Antiga, que ela começou a ser paulatinamente implantada quando os atenienses decidiram mudar a estrutura do seu então governo autocrático. Esse processo revolucionário não aconteceu de um dia para o outro, mas foi de extrema importância para dar início a algo tão forte que se tornaria parte de nossa história para sempre.

No entanto, eis que surge uma dúvida crucial: qual é o seu significado? Afinal ela é frequentemente reivindicada em manifestações populares, faz parte de matérias jornalísticas, e é usada como argumento em discursos políticos. Contudo são poucos os que conseguem defini-la objetiva e corretamente. Todavia, não é para menos, seu conceito é mais amplo e complexo do que se imagina.

Assim, afirmava em 1863 o outrora Presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, em seu discurso de Gettysburg, ser a democracia o governo “do povo, pelo povo, para o povo” (informação verbal)¹. De fato, não há Estado Democrático se ele não está envolto de representatividade popular. Nesse sentido, é comum ouvir reclamações dos cidadãos a respeito de os governantes não os representarem corretamente, fazendo com que muitos anulem seus votos.

Entretanto seu significado pode ir além. Conforme lição do Ministro do STF Luís Roberto Barroso em seu artigo (Barroso, 2017, p. 28)², seu conteúdo não se restringe apenas a um sistema de organização política e social, mas também que nele haja valores, princípios e direitos assegurados. Essa é a democracia em sua verdadeira forma, e é ela que devemos buscar. Trata-se, pois, de um direito material complexo que também garante o respeito à vida, à dignidade e à liberdade, dentre outras tantas garantias.

Mas é sempre de grande valia lembrar que essa evolução social não é algo célere. Ora, em sua gênese, a democracia era

direcionada apenas aos homens adultos, filhos de pais atenienses; e hoje temos a nossa Constituição Federal, consequência de um Estado Democrático de Direito, a qual traz, dentre tantas cláusulas pétreas, o direito ao voto direto, secreto, universal e periódico. O que seria inconcebível na Grécia Antiga.

Mais um exemplo, o Brasil foi descoberto pelos europeus em 1500, mas a independência, um dos passos mais básicos para o avanço democrático, ocorreu apenas em 1822, séculos depois. Isso mostra quanto tempo é necessário para a mentalidade das pessoas mudar, evoluir. Assim, temos que ter consciência de todo esse processo histórico para percebermos de onde saímos, onde chegamos e aonde iremos.

E uma das maiores dificuldades para a população, de um modo geral, é entender que um determinado lapso temporal é requerido para se chegar a um objetivo ideal. Talvez isso seja consequência da globalização, que encurta as distâncias e nos permite ver notícias de países como a Suécia e Alemanha, ensejando o desânimo de muitas pessoas descrentes de que podemos alcançar esse nível de organização política e social. Desse modo, elas preferem tomar medidas a curto prazo que impactarão tanto suas vidas pessoais quanto a coletividade como um todo.

Assim, para aqueles que vivem como imediatistas, parecerá que democracia é algo ineficaz. Para muitos deles, inclusive, seria bem mais viável uma ditadura para resolver os problemas do país logo. Pena que se esquecem dos vários direitos sacrificados ao longo

das gerações e de que como será custoso para seus descendentes transformar esse governo em democrático novamente. É um ciclo vicioso que não podemos praticar.

As críticas normalmente abordam o fato de que um país democrático, principalmente se for um de “terceiro mundo”, não consegue se impor internacionalmente. Sobre isso, Mário Sérgio Cortella e Clóvis de Barros Filho no livro “Ética e vergonha na cara!” afirmam que, de fato, “é vergonhoso não ser querido” (CORTELLA e BARROS FILHO, 2014, p. 95)³. Mas nossa ânsia por uma boa recepção internacional não deve ser maior do que nossos valores éticos, porque é através deles que seremos reconhecidos.

Ademais, embora a democracia possa receber diversas opiniões contrárias, elas não impediram grandes líderes de realizarem seus projetos. Como Madre Teresa de Calcutá e sua missão pela vida digna das pessoas; Martin Luther King Jr. e seu discurso impactante contra o racismo, lembrado ainda nos movimentos “vidas negras importam” de 2020; ou até mesmo a jovem Malala Yousafzai e sua busca pela educação para as mulheres. Aliás, eles têm uma coisa em comum: sabem que com a consistência de um trabalho, conseguirão resultados mais do que satisfatórios.

E esse é o grande segredo do sucesso, o tempo. No passado, milênios atrás, os gregos inventaram um modelo organizacional tão eficiente que não se ateu à sua cultura. Aliás, fez parte dos maiores movimentos sociais conhecidos pelos homens, ao passo que evoluía como instituto. É possível citar, como exemplo, a criação da

Organização das Nações Unidas (ONU), sucessora da frustrada Liga das Nações, que se mantém como maior órgão internacional pela cooperação entre países.

Somente através da democracia a sociedade poderá caminhar rumo ao triunfo coletivo. Ela permite que os governantes não sejam permanentes e que, enquanto revestidos de poder, atuem da forma correta, sob pena de responderem pelas consequências. Não seria possível levantar a questão da responsabilidade do mandatário político, por exemplo, em uma nação absolutista.

Ademais, não nos esqueçamos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, obra da ONU, que promove o reconhecimento e respeito do direito de bem-estar em uma sociedade democrática, segundo seu art. 29. Essa previsão legal deve ser uma meta a ser alcançada por todos os países do mundo. E devem atingi-la do modo mais puro possível.

A democracia foi o melhor “presente de grego” nos dado. Pensemos nos advogados, por exemplo: as artes da oratória e retórica devem estar presentes em suas atuações profissionais. E essas virtudes também são heranças de uma sociedade democrática grega, que exercia o Poder Legislativo nas Ágoras, através de debates.

Por fim, é claro que tempo é essencial, seja para aplicar a democracia em um Estado ou para estudá-la. Não conseguiremos fazer nenhum dos dois em poucos dias, mas, ainda assim, temos que

ser consistentes e firmes para atingirmos nosso objetivo no futuro. Afinal trata-se, sim, de um exercício de paciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fala do Ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Abraham Lincoln, no Discurso de Gettysburg, em 19 de novembro de 1863.

BARROSO, Luís Roberto. **Contramajoritário, Representativo e Iluminista**: Os papéis dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, p. 28, 2017. Disponível em: <<https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Papeis-das-supremas-cortes.pdf>>. Acesso em 08 out. 2020.

CORTELLA, Mário Sérgio; FILHO, Clóvis de Barros. **Ética e Vergonha na Cara!** Campinas: Papirus 7 Mares, p. 95, 2014.